

CULTURAS DA INFÂNCIA

Ana Maria R. Silva¹

Com este trabalho pretende-se reflectir sobre o binómio crianças / culturas da infância no contexto do Jardim de Infância, tendo como ponto de partida a procura de uma forma de ver as crianças sob ângulos ainda pouco explorados.

Conhecer as crianças e as suas culturas é, pois, a preocupação primeira desta pesquisa. Crianças que têm grande parte da sua infância vivida em Creches, Jardins de Infância e outros espaços colectivos de educação. Por serem colectivos, esses espaços tornam-se um lugar privilegiado de encontro entre pares, de criação, ressignificação e de apropriação da cultura.

A percepção das crianças enquanto *Outros* é o reconhecimento destas enquanto sujeitos singulares que são: completos em si mesmos; pertencentes a um tempo/espaço geográfico, histórico, social, cultural que consolida uma sociedade específica, onde meninos e meninas de pouca idade são simultaneamente detentores e criadores de história e cultura, com singularidades em relação ao adulto. Sujeitos de pouca idade que lutam através dos seus desenhos, gestos, movimentos, histórias, danças, imaginação, brincadeiras, sorrisos, choros e outras tantas formas de ser e de se expressar, pela emancipação da sua *condição de silêncio*.

Afirmar que o ser humano se torna criança implica também dizer e assumir que a infância é marcada pela maneira como recebemos, educamos as nossas crianças no mundo e como somos educados por elas em cada sociedade e em cada cultura, pela forma como inserimos as crianças no meio social ao qual pertencem, e ainda pela forma como nós adultos organizamos e accionamos os seus estatutos nas diferentes sociedades. Esta etapa da vida constitui-se numa categoria social que não é estável e/ou homogénea, sendo resultado das transformações materiais, conceptuais, religiosas, históricas, culturais, sociais, económicas, ideológicas, entre outras, que as acções humanas desencadeiam no mundo, criando assim novas realidades e formas de existência para as crianças.

Pretende-se vislumbrar a mutabilidade histórica do conceito de infância, supondo a relação entre o pensamento conceptual, a acção social e o processo de construção da categoria da infância, dos quais emergem concepções da infância como extensões dependentes da sociedade que as produziu.

Na procura de uma caracterização das crianças e das suas existências, emerge uma multiplicidade de imagens e realidades sociais que afirmam a ideia de que a infância e os sujeitos que compõem esta categoria não são dados estanques e/ou homogéneos, mas multiformes. Embora se tenha consciência de tal realidade, torna-se necessário uma compreensão das crianças *para além do olhar impositivo* esculpido pelos adultos ou seja, pela via do reconhecimento e respeito à alteridade presente nas crianças.

¹ Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

É preciso clarificar e ter consciência de que não existe uma forma única de ser criança ou uma infância universal para poder olhar os sujeitos que corporificam esta categoria e as suas múltiplas formas de a viver, indo além dos conceitos sedimentados no nosso meio social.

Cliffort Geertz compartilha a ideia de que todo ser humano mediante os padrões culturais (colectivos) existentes no meio social em que vive, constrói/desenvolve a sua individualidade, a sua forma de agir no mundo, os seus sonhos e as suas possíveis execuções. É no social que o ser individual se manifesta, constrói cultura e por ela é construído num processo simultâneo e dinâmico.

Assim, o conceito de cultura(s) é entendido aqui enquanto acto de criação, uma teia de significados estabelecida entre os homens e tecida por fios intermináveis que expressam uma forma de ver, sentir e de se relacionar com a vida natural, social, objectiva e subjectiva, tornando as coisas do mundo inteligíveis: engloba hábitos, crenças, língua, o imaginário, etc.

Assim, a cultura sob esta óptica, assume diferentes configurações. Com vista à compreensão da infância num sentido plural, faz-se uma leitura dos estudos de Sarmiento e Pinto que preconizam que diferentes culturas imputam diferenças particulares, sobretudo, relacionadas à inserção de género, classe, etnia e história que nos permitem reconhecer que a infância não é uma categoria universal. Contudo, podemos salientar que, diferentes culturas determinam diferentes formas de ser e pensar a infância, permitindo concluir que há culturas da infância, e que estas devem ser escritas também no plural.

Sendo assim, o conceito de culturas da infância, aqui exposto, parte da necessidade de compreender as culturas da infância enquanto uma rede de significados com origem no interior das relações entre as crianças e que se consolida mediante a resignificação, a reprodução, a produção de vivências socioculturais.

Não se pretende enfatizar o campo das culturas da infância, ou seja, departamentalizar a produção cultural das crianças, em culturas diferentes, num sentido de oposição ou dicotomização entre adultos e crianças. A ideia não é colocar a criança num mundo isolado, desconsiderando a sua inter-relação com o meio social em que está inserida, não se pretende propor afirmações taxativas em que exista uma cultura infantil separada do mundo cultural do adulto.

Parte-se do pressuposto de que a criança vive numa sociedade que produz culturas, onde elas convivem e interagem com essas diversas culturas, a qual se denomina “cultura geral”. Assim, acredita-se que as crianças também são produzidas na e produtoras de “culturas”, quando se percebe que neste processo de se relacionar com a “cultura geral”, ou seja, na interacção com a cultura representada pelo adulto, as crianças produzem uma cultura própria que contempla a especificidade da sua infância.

Consolida-se a criança como alguém que não fica à mercê da natureza, que a transforma, que interage nela e com ela e que, portanto, se apropria das coisas do mundo, atribuindo-lhes sentidos e significados. A criança constrói a sua condição humana como ser social na sua dimensão individual e colectiva, produzindo cultura. Considera-se essencial a incorporação de diferentes níveis de análise sobre a criança, percebendo-se as diferentes dimensões da sua constituição e percebendo-a como um outro a ser ouvido, percebido, respeitado e acima de tudo, vista como sujeito activo do processo social.

Pretende-se, assim, reflectir sobre as crianças e a sua infância a partir de si próprias, enquanto actores sociais de plenos direitos e características específicas.

Reconhecer esta complexidade e criatividade é, na verdade, reconhecer o direito das crianças à própria infância e à brincadeira livre, espontânea, em que as crianças não se limitam apenas a se apropriarem de uma parcela da vida experimentada ou observada, mas também de alargá-la, condensá-la, intensificá-la, conduzi-la para novos caminhos e possibilidades. Caminhos que se revelam quando a criança pequena emerge como protagonista e ganha a atenção, voz e ouvidos. Com ela, emerge também um tempo e um lugar de se viver a infância, múltipla e diversa.

Desta forma, apresenta-se uma pesquisa realizada numa instituição de educação de infância situada em Oliveira do Douro, nomeadamente, na Fundação “Obra do Padre Luís”. Este estudo é focalizado na aplicação do conceito das “Culturas da Infância” pela Instituição, onde se coloca a seguinte questão: Será que no quotidiano do Jardim de Infância da Fundação “Obra do Padre Luís” são valorizadas as diferentes Culturas da Infância?

A partir da observação participante e da análise do Projecto Curricular da Instituição foi possível verificar a ambiguidade característica de um espaço de confrontos entre o mundo do adulto e o mundo da infância, que vistos de uma forma positiva revelam o convívio com as diferenças em que as crianças constroem e produzem os seus saberes, estabelecendo múltiplas relações e expressando-se de uma forma intensa, sendo capazes de reproduzir, reelaborar, inventar e criar novas brincadeiras com novos significados.